

23 ABR. 2017



Presidente

REQUERIMENTO Nº 142 /2017

Requeremos à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, depois de ouvido o Plenário e cumpridos os preceitos regimentais, a **realização de Audiência Pública com o tema “Cidadania LGBT”**, no dia 23 de maio de 2017 (terça-feira), às 9h.

JUSTIFICATIVA

O reconhecimento dos direitos da pessoa com orientação sexual LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), na sua singularidade, pressupõe o reconhecimento dos direitos da pessoa humana, em sua plenitude, como bem expressa a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que cumpre a todos os povos preservar, sendo de fundamental importância para o aperfeiçoamento da democracia e de suas instituições, eliminar toda e qualquer forma de discriminação para com essa parcela da população que vem crescendo ao longo dos anos.

Entretanto, apesar de muito se discutir acerca do termo igualdade, sabe-se que a construção da nossa sociedade é pautada nas desigualdades e na segregação, priorizando determinados grupos sociais, em detrimento de outros, com base em sua raça, renda, crença religiosa, localização geográfica, faixa etária, condição física, gênero e/ou orientação sexual. Para tanto, diante de condições desiguais na organização social, compreende-se o princípio da equidade, que trata de forma desigual os desiguais, a fim de alcançar a justiça social e igualdade de direitos.

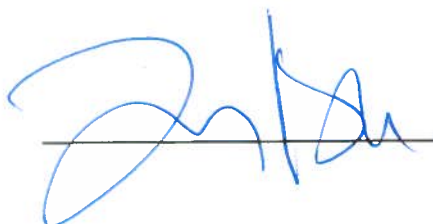
Deste modo, em diálogo com a organização “Mães Pela Diversidade”, requeremos audiência pública para tratar de tão importante assunto, tendo em vista que nossa sociedade marginaliza, não reconhece, nega direitos, viola e mata, cotidianamente, em virtude da intolerância quanto à orientação sexual e identidade de gênero.

O “Mães pela diversidade” é um coletivo nacional composto por mães (em maioria) e pais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que algumas famílias que compõem o grupo perderam seus filhos assassinados por conta da homotransfobia.

O coletivo surgiu há cerca de dois anos, no estado de São Paulo, e se expandiu para 14 estados do Brasil. Segundo seus organizadores, o grupo surgiu como um movimento político para lutar pela garantia de direitos civis, como a criação do ambulatório transexualizador de Salvador (BA), a qual fizeram parte e obtiveram sucesso. No entanto, com o decorrer das atividades executadas, perceberam-se como um espaço de acolhimento e informação para outras(os) mães e pais de LGBTs.

O “Mães pela diversidade” participa de eventos como Paradas LGBTs e seminários acadêmicos e organizados pela sociedade civil, por isso existe articulações com outras entidades da sociedade civil. Em vários Estados, o coletivo também realiza, através de seus membros, grupos de apoio para famílias, nos quais eles orientam como dar suporte a um(a) filho(a) LGBT e minimizar a vulnerabilidade ao sofrimento oriundo da homotransfobia e também atividades voltadas para pessoas LGBTs que enfrentam dificuldades nos relacionamentos familiares

Caruaru, 18 de abril de 2017.



Daniel Finizola
Vereador